

A enunciação de pedidos como estratégia de (im)polidez no contexto de ensino de português brasileiro como língua adicional

Rodrigo Albuquerque¹
Aline Muniz²

Resumo: Nesta pesquisa, investigamos, no contexto de ensino de português brasileiro como língua adicional, como se dá a negociação de estratégias linguísticas e não linguísticas de (im)polidez relacionadas à enunciação de pedidos. No debate concernente à (im)polidez, consideramos o ato de pedir (LABOV; FANSHEL, 1977; CODY *et al.*, 1983; TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986), inspirados em Kerbrat-Orecchioni (2004), um fenômeno universal (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987) de distinta manifestação sócio/intercultural (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984; TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986; CULPEPER, 2011; KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, 2006; CONLAN, 2005; KALLIA, 2005; MENDOZA 2005; TSUZUKI *et al.*, 2005; SRINARAWAT, 2005; BOUSFIELD, 2008). Metodologicamente, caracterizamos o nosso estudo como qualitativo, inscrito em uma perspectiva etnográfica (GREEN; BLOOME, 1997), ou melhor, microetnográfica (GARCEZ, 2008; GARCEZ *et al.*, 2014). Os resultados da pesquisa revelaram, nos dois excertos sob análise, que a diretividade (e a potencial impolidez das ações linguageiras) foi mitigada por meio de recursos linguísticos e paralinguísticos, de modo a minimizar ruídos (e desconfortos) interacionais.

Palavras-chave: Pedido. (Im)polidez. Face negativa. Língua adicional.

Considerações iniciais

Com base na etimologia da palavra, o termo “polidez” porta “a função de arredondar os ângulos e “polir” as engrenagens da máquina conversacional, a fim de preservar seus usuários de graves lesões” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 101). Ela é resultante da necessidade dos interagentes em manter o equilíbrio nas relações interpessoais, abarcando um conjunto de estratégias que almejam reduzir o conflito com o outro (ESCANDELL-VIDAL, 1995, p. 33). Um conceito altamente vinculado ao debate de polidez é o de face, que é

¹ Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Professor adjunto I no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB), atuando, especialmente, nas áreas seguintes: sociolinguística interacional, estudos etnográficos, cognição social, linguística de texto e ensino de português como primeira e segunda língua. Brasília, Brasil. *E-mail:* rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-5279-4311>.

² É licenciada em Letras - Português do Brasil como Segunda Língua, pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é discente de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da mesma instituição, na linha de pesquisa Língua, Interação Sócio-cultural e Letramento. Desenvolve pesquisas e atua nas áreas de sociolinguística interacional e ensino de português brasileiro como língua adicional. Brasília, Brasil. *E-mail:* aline.munizaraujo@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-6718-1817>.

definida como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha³ que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (GOFFMAN, 1967, p. 5). Na interação face a face, esse valor social positivo, negociado pelos interagentes, coloca todos os atores sociais em perigo, em virtude de comprometer ambos os interlocutores (GOFFMAN, 1967, p. 37), justificando, portanto, o uso de estratégias de polidez na redução de eventuais conflitos interpessoais.

Diante dessa relação entre face e (im)polidez, que se tornou axiomática ao longo do tempo (KÁDAR; HAUGH, 2013), Brown e Levinson (1987) transpõem para o seu modelo o conceito de face, destacando a necessidade de preservação e de valorização desta, por meio do uso de estratégias de polidez. Os autores (1987, p. 66), apoiados em Goffman (1967), expõem duas necessidades relativas às faces: positiva (ser apreciado/aprovado) e negativa (ser livre de imposições). Frente a essas duas demandas, Brown e Levinson (1987) asseguram haver, nas interações, atos ameaçadores à face que podem ser reparados por meio de superestratégias de polidez positiva (valorização) e de superestratégias de polidez negativa (preservação territorial)⁴.

O pedido, tópico ao qual nos dedicaremos neste trabalho, lesa, **potencialmente**, a face negativa, uma vez que impele o interlocutor a praticar a ação solicitada ou, opcionalmente, a explicar as razões para não executar o que lhe foi pedido. Entretanto, tal lesão pode ser amenizada (mitigada) com superestratégias de polidez negativa, cuja função se voltaria, neste caso, para minimizar (amenizar) os efeitos impositivos decorrentes do ato de pedir. Evidentemente que há diversos fatores responsáveis por essa avaliação, como, por exemplo, as convenções socioculturais, os acordos interculturais, a relação dos interagentes, e os recursos linguísticos, paralinguísticos, extralinguísticos e não linguísticos (GUMPERZ, 1982) concorrentes à enunciação. Por esse motivo, damos destaque ao caráter potencial, por compreendemos que o pedido, assim como qualquer outra estratégia de (im)polidez, só pode ser, de fato, avaliado por meio de uma análise holística, empírica, suprasegmental, textual e contextualmente situada. Isto é, só podemos avaliar os efeitos decorrentes do ato de pedir nas instâncias da interação. A título de exemplo, Nwoye (1992) revela que o pedido em uma

³ Goffman (1967, p. 5) define linha como “padrão de atos verbais e não verbais com o qual [a pessoa] expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente [sobre] ela própria”.

⁴ Brown e Levinson (1987) denominaram superestratégias de polidez positiva e superestratégias de polidez negativa, posto que ambas abarcam outras estratégias (mais específicas).

sociedade nigeriana não é considerado impositivo, mas faz parte de um contrato social recíproco (não há desconforto, posto que o interlocutor pode futuramente solicitar algo).

Nosso quadro teórico, inscrito nos domínios da sociolinguística interacional, da pragmática e dos estudos sócio/interculturais, conjuga, em primeiro plano, os conceitos relativos à face (GOFFMAN, 1967) negociada no curso da interação (BARGIELA-CHIAPPINI, 2003; HAUGH; BARGIELA-CHIAPPINI, 2010) ao caráter universal que rege a teoria da polidez (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987) na discussão do pedido como potencial estratégia de (im)polidez. Destacamos, em relação às três últimas obras, a lógica da polidez, regida por princípios sintáticos, semânticos e pragmáticos, sob recomendações relativas à necessidade social de ser polido (LAKOFF, 1973); a propositura de máximas de polidez, situadas em uma gradação de atos de polidez absoluta a atos de polidez relativa e reguladas pela relação custo-benefício (LEECH, 1983); e o caráter estratégico da polidez, cujas bases se assentam explicitamente na noção de face, ao considerar a necessidade social de uso de estratégias de polidez no reparo de potenciais danos causados à face (BROWN; LEVINSON, 1987)⁵. Embora haja o reconhecimento nos três estudos de que a polidez tenha distintas manifestações culturais, ela recebe um tratamento universal⁶.

Acrescentamos, assim, em segundo plano, os estudos atinentes a uma perspectiva sócio/intercultural (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984; TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986; CULPEPER, 2011; KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, 2006; CONLAN, 2005; KALLIA, 2005; MENDOZA, 2005; TSUZUKI *et al.*, 2005; SRINARAWAT, 2005; BOUSFIELD, 2008), reconhecendo a polidez como “fenômeno [...] universal (mesmo que suas manifestações não sejam)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 40). Ou seja, deve ser reconhecida como fenômeno, haja vista que toda cultura adota determinadas convenções de (im)polidez, mas sua manifestação se dará de modo particular (conforme as convenções socioculturalmente estabelecidas). Os universais de polidez são válidos para explicar as distintas manifestações socioculturais de polidez (BRAVO, 2004, p. 21) e, em vez de serem

⁵ A concepção de polidez, sustentada pelas três obras, coloca em xeque o absolutismo dado a algumas máximas griceanas, como, por exemplo, as máximas da qualidade e do modo (GRICE, 2006 [1975]), em situações que podemos ser avaliados como impolidos diante de atos de extrema sinceridade e de total clareza.

⁶ Notamos, nos escritos dos autores, que, embora a tônica seja universal, há uma preocupação gradativa de se considerarem idiosincrasias culturais. De modo discreto, Lakoff (1973) conclui, em seu trabalho, que as regras de polidez, mesmo sendo, em sua forma básica, universais, se diferem na aplicabilidade. No estudo de Leech (1983), percebemos certa preocupação no campo sociocultural, ao considerar que as culturas podem instituir o que seria (im)polido, havendo, assim, um componente relativo (polidez relativa) no debate concernente à polidez.

questionados, devem servir para manejar as particularidades culturais⁷ e flexibilizar as aproximações teórico-metodológicas (JANNEY; ARNDT, 1993).

A prioridade pelo uso de sentido literal em prol do processamento da linguagem e a familiaridade tanto com as fórmulas de impolidez na língua-alvo quanto com as normas de impolidez na língua materna do interlocutor podem comprometer uma enunciação polida, acarretando conflitos interacionais e mal-entendidos (KECSKES, 2015, p. 46-47). Consideramos, portanto, coerente que os aprendizes de português brasileiro como língua adicional (doravante PBLA) sejam capazes de reconhecer a importância do uso de estratégias modalizadoras na enunciação de pedidos e, na medida do possível, de aplicá-las nas interações em que se inscrevem.

A expectativa deste estudo consiste em gerar reflexão em torno dessa necessidade de desenvolver competências sociointeracionais, pragmáticas e sócio/interculturais. Saber fazer uso de estratégias de polidez permite ao aprendiz conhecer o funcionamento da língua, manter relação harmoniosa com o professor e com seus colegas, e, por conseguinte, gerenciar as demandas da face (tanto as próprias como as de seus interlocutores). O estudo da polidez, “longe de ser uma questão superficial de *ser civil*” (LEECH, 1983, p. 104), se situa não só como necessidade sócio/intercultural de harmonia conversacional, mas também como recurso linguístico-discursivo e estratégico na interação face a face.

Nosso objetivo consiste em investigar, no contexto de ensino de português brasileiro como língua adicional, como se dá a negociação de estratégias linguísticas e não linguísticas de (im)polidez relacionadas à enunciação de pedidos. Para tanto, dividimos este trabalho em três seções: *o pedido como estratégia de (im)polidez*; *as ações e as reflexões etnográficas*; e *o pedido na interação face a face: (im)polidez?*.

O pedido como estratégia de (im)polidez

Em uma dimensão sociológica/psicológica, mas, em certa medida, interacional, Goffman (1967) inicia uma discussão sobre as necessidades das faces dos interagentes, em uma perspectiva, concomitantemente, centrada no ator social (auto-imagem) e nas instâncias

⁷ No obra em questão, os autores (1993) utilizaram a expressão “limitações culturais”, dissonante de nossa perspectiva teórico-metodológica.

intersubjetivas (ritual interacional). O construto, portanto, permeia demandas particulares (regras morais) e sociais (equilíbrio ritual), na medida em que, segundo Goffman (1967, p. 45), as regras morais, que pertencem (e limitam) (a)o sujeito, transformam-no “num ser humano [...] derivado de requerimentos estabelecidos na organização ritual de encontros sociais”. Em síntese, as regras morais orientam as ações dos sujeitos na manutenção do equilíbrio ritual, a partir de um “encaixe funcional entre a pessoa socializada e a interação falada” (GOFFMAN, 1967, p. 40).

A face está ligada ao desejo dos interagentes de conquistarem uma aprovação social mútua de faces (GOFFMAN, 1967), reunindo componentes não só subjetivos/cognitivos, mas também intersubjetivos. Nesse viés, outro valor social atribuído à face, pontua Bargiela-Chiappini (2003, p. 1458), diz respeito à simultaneidade entre as práticas defensivas e as práticas protetivas, referentes, respectivamente, à face própria e à face do outro. Haugh e Bargiela-Chiappini (2010), em releitura à face goffmaniana, destacam que o conceito aponta para uma perspectiva cognitiva (cognição de si e dos outros), focalizando face como imagem “internamente consistente [...] apoiada por julgamentos exibidos por outros”.

O construto goffmaniano privilegia, desse modo, uma visão de que as necessidades da face só podem ser atendidas quando há cooperação tácita de interagentes socializados em respeito a ‘regras básicas da interação social’ (BARGIELA-CHIAPPINI, 2003, p. 1458). Reforçamos, com base em Bargiela-Chiappini (2003, p. 1463), que esse construto, de fato, reconhece questões psicológicas individuais, mas focaliza a auto-apresentação dos sujeitos em encontros sociais. Goffman (1967, p. 38-40), ainda, nos fornece pistas consistentes para pensarmos a regulação da polidez na interação face a face, ao reconhecer que, em situações de ameaça ao equilíbrio ritual, o interlocutor pode, após compreender a enunciação, aceitar ou rejeitar (diplomaticamente) o conteúdo veiculado, avaliando, antes de tudo, a relação estabelecida com o seu par: situações formais colaboram para uma conversa mais monitorada e mais cerimoniosa, diferentemente de situações informais.

Inegavelmente, a modalização realizada no ato de pedir perpassa uma avaliação dos efeitos para a face do interlocutor, sobretudo em situações de assimetria interacional, de distância social e de alto teor impositivo para as práticas socioculturais (BROWN; LEVINSON, 1987). Iremos, a seguir, dividir esta seção em dois momentos. O primeiro deles reunirá as contribuições de Lakoff (1973), Leech (1983) e Brown e Levinson (1987), no que

tange ao paradoxo entre ser polido e ser sincero; às incongruências do princípio cooperativo e das máximas conversacionais⁸ (GRICE, 2006 [1975]) em detrimento de ações polidas; ao caráter assimétrico da polidez; às variáveis sociológicas que regulam a polidez; à natureza dos atos de polidez (polidez absoluta e relativa); e às estratégias de polidez. O segundo focalizará o pedido como estratégia de (im)polidez.

Lakoff (1973, p. 296) apresenta um paradoxo comum relativo às escolhas entre ser claro e ser polido, haja vista que, em boa parte das interações, precisamos preferir uma opção em detrimento da outra: uma comunicação mais direta (maior clareza e, portanto, maior respeito ao princípio cooperativo e às máximas conversacionais) pode infringir o respeito pelo *status* dos participantes na conversa (menor polidez), assim como uma comunicação mais indireta (menor clareza e, portanto, menor respeito ao princípio cooperativo e às máximas conversacionais) tende a respeitar o *status* de tais participantes (maior polidez). Uma situação que ilustraria bem esse paradoxo seria a enunciação de um pedido muito indireto, por necessidades interacionais, que pode não ser processado como tal (o interlocutor deixa de executar, em decorrência de pouca clareza).

Além desse confronto, Lakoff (1973, p. 297)⁹ assevera que as máximas portam uma vagueza evocada pelos seus próprios termos, levando-nos a questionar que uma conversa considerada pelo locutor como clara, sucinta, verdadeira, relevante e necessária pode não receber a mesma avaliação do interlocutor. Leech (1983, p. 80) adverte que o legado de Grice não contempla situações de uso, indiretividade, tampouco a relação entre sentido (no âmbito mais semântico) e força (no âmbito mais pragmático). O autor (1983, p. 104) justifica, assim, a necessidade dos estudos de polidez, dado que esta nasce, nas palavras dele, do “elo perdido entre o princípio cooperativo (polidez) e o problema de como relacionar sentido à força”.

Ancorado na força pragmática oriunda dos enunciados, Leech (1983) adota, como princípio básico de sua obra, a ideia de que a polidez é, por natureza, assimétrica, uma vez que convoca nos pares interacionais impolidez para um (locutor) e polidez para o outro

⁸ O princípio cooperativo está relacionado à necessidade de o interagente fazer com que sua contribuição conversacional seja dada conforme as exigências interacionais. As máximas conversacionais, decorrentes do princípio cooperativo, são divididas em: qualidade (a contribuição deve ser verdadeira, isto é, não devemos dizer nada falso ou que careça de evidências adequadas); quantidade (a contribuição não deve ser nem mais nem menos informativa); relevância (a contribuição deve ser relevante); e modo (a contribuição não deve ser obscura nem ambígua, mas breve e ordenada) (GRICE, 2006 [1975], p. 45-7).

⁹ Para melhor situar o leitor cronologicamente, destacamos que Lakoff (1973) fez referência a um manuscrito de Grice não publicado (1967). Em nosso trabalho, citamos a publicação de 1975 (GRICE, 2006 [1975]), cujo título é *Logic and Conversation*.

(interlocutor): o locutor reivindica para si os custos da interação e, por conseguinte, transfere os benefícios a seu interlocutor, minimizando o que é desfavorável ao interlocutor e maximizando o que é favorável a este. Em geral, essa necessidade entra em jogo quando dois interagentes se mantêm em posições hierárquicas distintas (poder), desejam manter distanciamento interacional (distância social) e estão diante de um ato altamente impositivo para a cultura na qual estão inscritos (grau de imposição) (BROWN; LEVINSON, 1987). Um pedido, então, tenderia a ser mitigado se fosse: avaliado como impositivo, direcionado a alguém hierarquicamente superior e/ou distante socialmente.

Todavia, Leech (1983, p. 126) assegura que mesmo um locutor hierarquicamente superior não está autorizado a solicitar qualquer ação de seu interagente (um professor, por exemplo, poderia solicitar a seu estudante uma atividade acadêmica, mas não um café). Mesmo considerando o pedido potencialmente impolido, consideramos que sua natureza deve ser avaliada, haja vista que, na relação entre professor e aluno, a solicitação de uma atividade acadêmica teria menor potencial de impolidez do que o pedido de um café, demandando naquela menor necessidade de uso de atenuadores do que neste.

Esse caráter das avaliações de polidez contextualmente situadas vai ao encontro de outra proposição do autor (1983) relacionada a atos de polidez mais prototípicos e mais variáveis. Ampliamos esse debate, igualmente, para os atos de impolidez, trazendo um olhar, inspirado em Leech (1983, p. 83-84), a uma avaliação absoluta de atos (im)polidos e a uma avaliação relativa de atos (im)polidos. Em uma escala, o pedido se situaria no polo negativo e, portanto, seria considerado um ato prototipicamente impolido; ao passo que a oferta estaria no outro extremo (polo positivo; ato prototipicamente polido) (LEECH, 1983, p. 83). Em contraponto com ambos os atos, representativos da polidez absoluta, o autor (1983) considera haver situações específicas, notadamente socioculturais, que convocam a veiculação de determinadas normas (polidez relativa). Discordamos parcialmente de tais ponderações, assumindo a existência de uma relatividade na polidez absoluta. A avaliação do pedido deve transcender o nível frástico e, portanto, se situar cotextual e contextualmente, haja vista que mitigadores, em um plano linguístico, e entonação, em um plano extralinguístico, podem, por exemplo, afetar a avaliação realizada. Caballero *et al.* (2018), a esse propósito, sugerem que, apesar da inexistência de uma “prosódia da polidez”, as pistas prosódicas podem se articular com outros recursos de linguagem na geração de inferências quanto à (im)polidez.

No que diz respeito à manifestação da polidez, Lakoff (1973) propõe três regras (para nós, três estratégias): (1) não seja impositivo; (2) ofereça opções e (3) faça com que o outro se sintam bem. As recomendações se voltam, nos dois primeiros casos, para criar uma sensação de distanciamento dos interagentes, e, no último caso, para promover um sentimento de camaradagem em relação ao outro (LAKOFF, 1973). Os efeitos dessa camaradagem, destaca a autora (1973, p. 301), variam em conformidade com *status* dos interagentes: se ela é dirigida a um subordinado, pode produzir senso de igualdade (avaliação positiva); se é dirigida a um chefe, pode promover desconforto interacional, em virtude do excesso de liberdade (avaliação negativa).

Leech (1983, p. 132) descreve seis máximas de polidez: tato (minimizar os custos ao outro e maximizar os benefícios a ele); generosidade (minimizar os custos ao outro e maximizar os benefícios a ele); aprovação (minimizar a depreciação ao outro e maximizar a apreciação a ele); modéstia (minimizar a apreciação própria e maximizar a depreciação a si); acordo (minimizar o desacordo e maximizar o acordo); simpatia (minimizar a antipatia e maximizar a simpatia). Em relação a essas máximas, acreditamos que o pedido se insira nas duas primeiras, dado que a petição pode, eventualmente, maximizar custos ao outro, o que pressupõe, na equalização entre atender à máxima e fazer a solicitação, o uso de estratégias que minimizem tal efeito. Avaliamos que “a polidez não é tanto sobre como expressamos nossas necessidades e envolvemos outras pessoas para satisfazê-las, mas como atendemos às necessidades dos outros” (OGIERMANN, 2015, p. 35). Tal pensamento é consoante com uma demanda interacional: o cuidado que os interagentes devem ter a partir das avaliações de si e dos outros, emergentes da interação face a face (HAUGH, 2007). Para tanto, é preciso encontrar evidências de avaliação da (im)polidez no curso da interação, tanto nos comentários explícitos (menos comum) quanto na manifestação recíproca de preocupação relativa às normas invocadas na interação em curso (mais comum) (HAUGH, 2007, p. 312).

Brown e Levinson (1987) propõem um quadro com cinco macroestratégias, a serem utilizadas conforme as necessidades sociais dos interagentes: (1) ameaçar a face diretamente sem reparo [*on record, baldly*]; (2) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva [*on record, positive politeness*]; (3) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa [*on record, negative politeness*]; (4) ameaçar a face indiretamente [*off record*]; e (5) não ameaçar a face. Em se

tratando das superestratégias de polidez negativa, Brown e Levinson (1987, p. 70) fazem menção a uma tensão natural entre ser direto (e realizar o ato de ameaça à face) e ser indireto (e evitar imposições).

Relacionando as contribuições de Lakoff (1973), Leech (1983) e Brown e Levinson (1987), lembramos, mais uma vez, a noção de *face* (GOFFMAN, 1967), na medida em que as recomendações de não ser impositivo e de oferecer opções (LAKOFF, 1973), a máxima do tato e os custos interacionais (de modo geral) (LEECH, 1983), e as superestratégias de polidez negativa (BROWN; LEVINSON, 1987) estão a serviço das necessidades da face negativa (respeitar o território do outro), o que inclui, potencialmente, o ato de pedir¹⁰. A partir desta relação, faremos, a seguir, algumas considerações a respeito do ato de pedir em perspectiva sócio/intercultural.

Os trabalhos de primeira onda dos estudos de polidez (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987) focalizaram uma análise no nível do enunciado (micro), sob a influência de uma perspectiva griceana e austiniana (portanto, estudos pragmáticos mais clássicos), com certa projeção ao nível da enunciação (macro), por considerarem, por exemplo, poder e distância social; bem como privilegiaram uma visão ética (foco nas percepções do pesquisador) e universalista da polidez (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Ao atribuírem importância à análise de dados empíricos e a uma visão ética de polidez (foco nas percepções do colaborador de pesquisa), os teóricos de segunda onda (EELLEN, 2001; MILLS, 2003; LOCHER; WATTS, 2005) propuseram, em uma abordagem discursiva, uma integração entre os níveis micro e macro, embora tivessem oferecido poucas ferramentas para uma análise em nível micro do discurso (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Haugh e Culpeper (2018) fazem referência a uma terceira onda, à qual se inscreve nossa pesquisa, situada em um campo intermediário entre as abordagens pragmáticas clássicas (primeira onda) e discursivas (segunda onda). Em alinhamento com Blitvich e Sifianou (2019), assumimos serem primordiais uma teorização e uma análise no nível meso, relativas às práticas decorrentes dos gêneros textuais, por possibilitarem uma interconexão entre os três níveis (micro, meso e macro). Nossa análise de pedidos será, assim, realizada em um texto empírico, inscrito no gênero que, com muito risco, denominaremos de “aula de PBLA”, contemplando, na análise,

¹⁰ As recomendações de fazer o outro se sentir bem (LAKOFF, 1973), as máximas da generosidade, da aprovação, da modéstia, do acordo, da simpatia, e os benefícios interacionais (LEECH, 1983), bem como as superestratégias de polidez positiva (valorizar o outro) (BROWN; LEVINSON, 1987) estariam a serviço das necessidades da face positiva.

uma conexão entre os recursos linguísticos (nível micro) e discursivos (nível macro) presentes nos excertos interacionais referentes à aula (nível meso).

Para que o pedido seja uma ação de linguagem negociada por interagentes, ele deve ser pragmaticamente válido: necessidade para a ação solicitada; necessidade para a realização do pedido; clareza do locutor em relação ao pedido; habilidade do interlocutor para executar a ação; e direito do locutor de pedir ou obrigação do interlocutor em desempenhar (LABOV; FANSHIEL, 1977; TRACY *et al.*, 1984). Considerado válido, tal ação portará uma função competitiva, decorrente do conflito entre alcançar a meta (ter o pedido atendido) e demonstrar *boas maneiras* esperadas na interação (LEECH, 1983, p. 104); e envolverá sete dimensões (benefícios pessoais, apreensão da situação, resistência à persuasão, direitos [interacionais], intimidade, dominância e consequências relacionais) (CODY *et al.*, 1983), altamente relacionadas com as variáveis sociológicas de poder, distância social e grau de imposição (BROWN; LEVINSON, 1987).

A avaliação da petição, ou de qualquer outra estratégia de (im)polidez deve ser relativizada. Nesse sentido, Tsuzuki *et al.* (2005, p. 284) enxergam o pedido tanto como superestratégia de polidez positiva, quando o imperativo se associa a benefícios dirigidos ao interlocutor (o locutor atende às necessidades da face positiva de seu interlocutor), quanto como superestratégia de polidez negativa, quando o conteúdo do pedido impede a autonomia do interlocutor (o locutor ameaça a face negativa de seu interlocutor). Todavia, reforçamos o potencial efeito ameaçador do pedido, inclusive, no favorecimento do interlocutor, pois este pode se sentir coagido a aceitá-lo (infringindo, por exemplo, a máxima da modéstia) pela pressuposição de se tratar de um benefício.

Concordamos com Craig *et al.* (1986, p. 462-463) que a avaliação do pedido só pode ser, de fato, feita, quando a ação for contextualmente situada, pois não faz sentido alegarmos que a ameaça à face se estabelece, pura e abstratamente, pelas variáveis sociológicas (poder, distância social e grau de imposição), posto que as relações intersubjetivas não se configuram de igual modo, mesmo em condições muito análogas. Na esteira desse pensamento, Blommaert (2008, p. 94) nos adverte sobre a fragilidade de estudos que se voltam para “uma vultuosa contextualização *a priori*” sobre relações de poder (e, de igual modo, sobre distância social e sobre grau de imposição estabelecido pelos interlocutores), relativizando, desse modo, pressuposições prévias à geração e à análise de dados. Imaginar, assim, que haverá

assimetria em toda relação professor-estudante seria desconsiderar o que o dado empírico, por si só, evoca. A contextualização deve se estabelecer, portanto, no curso da interação.

A meta do interlocutor, no que diz respeito ao pedido, consiste em obter cooperação/obediência (TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986). Para Tracy *et al.* (1984, p. 515), a tentativa de obtermos tal cooperação se relaciona com o nível de intimidade dos interagentes, com a relação de poder entre estes, e com o tamanho e o grau de imposição do pedido. No entanto, reiteramos que essa avaliação só é possível quando enxergamos as estratégias imersas em realizações discursivas (CRAIG *et al.*, 1986) e inscritas no nível meso (na articulação dos níveis micro e macro) (HAUGH; CULPEPER, 2018; BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Logo, nosso tratamento ao pedido, nesta seção (de cunho teórico), tende para o potencial efeito de ameaça à face negativa (e do decorrente potencial de impolidez) e para a apresentação de estudos contextualmente situados, cujos resultados apontarão para um funcionamento particular das estratégias de (im)polidez. Todavia, nossa pressuposição se ancora no visionamento do pedido como ameaçador à face negativa do interlocutor (CRAIG *et al.*, 1986; CULPEPER; TERKOURAFI, 2017; CABALLERO *et al.*, 2018), abrindo possibilidade de conflitos sociais, a serem amenizados por estratégias de polidez (CABALLERO *et al.*, 2018).

Quanto à enunciação de pedidos, Blum-Kulka e Olshtain (1984) visionam diferentes níveis de diretividade em contínuo (do ato mais direto ao menos direto), motivados socialmente pela necessidade de mitigar a imposição presente no ato em si. Para alcançar tal meta, os interlocutores podem tanto optar por estratégias indiretivas quanto optar por estratégias diretivas mitigadas (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984). Labov e Fanshel (1977, p. 77), por sua vez, enxergam as seguintes possibilidades de uso do imperativo em inglês (relacionadas, assim, ao ato de pedir): ordem (Vá para casa), pedido (Por favor, venha para casa), sugestão (Não está na hora de você vir para casa?) e pista (Está ficando tarde)¹¹. Em um trabalho experimental, Ruytenbeek (2019) notou que os pedidos indiretos, quando comparados ao uso do imperativo, não acarretaram custos extras de processamento (uma espécie de sobrecarga inferencial), tampouco influenciaram no desempenho da solicitação realizada. Contudo, os interagentes, para não serem avaliados como indelicados, optaram por pedidos indiretos (RUYTENBEEK, 2019).

¹¹ Os enunciados originais são, respectivamente, *Come home!*; *Will you please come home?*; *Isn't it about time for you to come home?*; e *It's getting late* (LABOV; FANSHEL, 1977, p. 77).

Em nossa análise, há um ponto de encontro entre esses trabalhos: estratégias diretivas, diretivas mitigadas e indiretivas (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984) parecem se relacionar, respectivamente, com ordem, pedido e sugestão, e pistas (LABOV; FANSHEL, 1977), apresentando, portanto, um contínuo das ações mais impositivas e menos mitigadas (ordem – estratégia diretiva) às menos impositivas e mais mitigadas (pistas – estratégia indiretiva), com preferência para pedidos indiretos (RUYTENBEEK, 2019), ou até mesmo para sugestão e para pistas (LABOV; FANSHEL, 1977). Assim, as nuances discursivas entre ordenar, pedir, sugerir e enunciar pistas envolvem estratégias de maior/menor diretividade, maior/menor polidez e maior/menor mitigação (e, por conseguinte, maior/menor intensificação).

Fazendo referência à mitigação de pedidos e ao conseqüente desejo de atenuar o caráter impositivo de tal ação, podemos citar a inserção de marcadores de incerteza, como *por acaso, haveria qualquer possibilidade, eu estava imaginando* (CRAIG *et al.*, 1986; TRACY *et al.*, 1984); a inserção de expressões de relutância na imposição, tais como *Sinta-se à vontade para negar se for impositivo* e *Eu odeio perguntar isso, mas* (TRACY *et al.*, 1984)¹²; o uso de diminutivos, em enunciados similares a *Espera um momentinho* e *Por favorzinho, me esperem aqui* (MENDOZA, 2005)¹³; o pedido de desculpas precedendo a petição, exemplificado por *Desculpa incomodar você, mas gostaria de peixe ou frango?* (CONLAN, 2005)¹⁴; o pedido em tom de sugestão, como ato de menor ameaça à face em comparação a pedido e a ordem (KALLIA, 2005); e a opção por uma enunciação indiretiva na oferta de opções de recusa, como em pedidos sob o formato interrogativo (SRINARAWAT, 2005, p. 178), que se situam, sob a ótica de Leech (1983, p. 108), no seguinte contínuo escalar: *Você vai atender o telefone?; Você pode atender o telefone?; Você se importaria de atender o telefone? e Você possivelmente poderia atender o telefone?*¹⁵. Reiteramos, porém, que os exemplos dados (em perspectiva frástica) não são suficientes para atestar polidez nas

¹² Nos originais, os termos seriam *by any chance, would there be any possibility* e *I was wondering* (CRAIG *et al.*, 1986, p. 449); e *by any chance, I was wondering* e *would it be at all possible* (incerteza) e *Feel free to say not if it's an imposition* e *I hate to ask you this but* (relutância na imposição) (TRACY *et al.*, 1984, p. 534).

¹³ No original, os exemplos são *Espera un momentito* e *Por favorcito, espérenme aquí* (MENDOZA, 2005, p. 169).

¹⁴ Mesmo que se trate de um exemplo tipicamente de oferta, concordamos com Conlan (2005, p. 132) que há no enunciado original (*I'm sorry to disturb you, but would you like fish or chicken?*) uma aproximação com o ato de pedir, com o acréscimo de que seria um pedido para, em princípio, beneficiar o interlocutor.

¹⁵ Os exemplos originais dados por Leech (1983, p. 108) são *Will you answer the phone?; Can you answer the phone?; Would you mind answering the phone?; e Could you possibly answer the phone?*. Ao descrever um contínuo das sentenças diretas (e menos mitigadas) às indiretas (e mais mitigadas), o autor (1983, p. 108) prevê anteriormente dois níveis (de diretividade): *Atenda o telefone [Answer the phone]* e *Eu quero que você atenda o telefone [I want you to answer the phone]*.

enunciações, mas são usos potenciais de atenuação do caráter impositivo decorrente do pedido.

A mitigação (tanto de ações linguísticas quanto de não linguísticas) é esperada em diversas situações de interação face a face, cabendo aos interlocutores avaliarem a melhor estratégia. Como adverte Kallia (2005), o potencial risco de ameaça à face e, acrescentamos, de impolidez, dependerá dos valores atribuídos por dada cultura e da percepção dos interagentes na avaliação do ato. No contexto de ensino de PBLA, assumimos ser fundamental que os aprendizes se tornem mais sensíveis ao uso de recursos mais ou menos polidos, avaliando o que a situação em curso demanda (ação mais ou menos polida), com vistas a uma aprendizagem mais pragmática, interacional e cultural da língua-alvo e a um maior sucesso nas práticas sociais em que estão inseridos.

As ações e as reflexões etnográficas

No que tange às orientações metodológicas, caracterizamos nosso estudo como qualitativo, inscrito em uma perspectiva etnográfica (GREEN; BLOOME, 1997), ou melhor, microetnográfica (GARCEZ, 2008; GARCEZ *et al.*, 2014), em alinhamento com nossa concepção teórica, posto que a negociação de estratégias de (im)polidez na interação face a face (enquadramento teórico) necessita de um olhar interpretativista, holístico e contextualmente situado e negociado (enquadramento metodológico). Esta seção, dividida em dois momentos, contempla uma reflexão metodológica, ao inscrevermos o nosso trabalho em um paradigma etnográfico e, portanto, qualitativo; e uma breve apresentação das ações de pesquisa no contexto de ensino de PBLA.

Os estudos qualitativos, esclarece Stake (2011, p. 25-26), são interpretativos (os múltiplos significados são decorrentes das relações humanas), experienciais (as observações dos dados empíricos são feitas em campo), situacionais (o contexto é localmente situado), personalísticos (a busca pelas percepções singulares constitui uma meta), triangulados (o pesquisador considera diferentes ângulos para a análise de dados) e estratégicos (a investigação persegue uma meta). Mesmo sendo os dados qualitativos bastante variados, compreendemos que conjugam um princípio básico: “a comunicação humana [é] dotada de

sentidos” (GIBBS, 2009, p. 24). Merriam (2002, p. 6) sintetiza que a proposta de tais estudos consiste em trazer à tona a compreensão de processos, de perspectivas e de visões de mundo com os atores sociais. Nosso interesse de pesquisa, metodologicamente, envolve a construção de sentidos com/pelos participantes no processo de geração de dados, favorecendo uma reflexividade quanto às próprias ações.

As investigações qualitativas enfrentam, nas palavras de Gergen e Gergen (2006, p. 368), uma crise de validade, justificada pelo avanço de algumas áreas do conhecimento que descartam a existência de um relato científico que represente “objetivamente e com exatidão o mundo como ele é”. Os nossos relatos de pesquisa não assumem uma função especular com o mundo em si, mas um compromisso com as experiências vividas em campo, provenientes “de uma tradição de práticas culturais que herdamos de gerações anteriores” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 368). Ao realizarmos certas ações no âmbito não linguístico, por exemplo, estamos conjugando ação social humana e movimento físico. Para Schwandt (2006, p. 195), a primeira, diferentemente do segundo, é significativa, o que faz com que um braço erguido não seja simplesmente um braço erguido, mas possa significar ações como votar, chamar um táxi ou pedir permissão para falar. Por essa razão, “a tarefa do pesquisador interpretativo, portanto, é ser tão completo quanto possível no ato de notar e descrever a atividade cotidiana, de modo a identificar a significação das ações para os participantes” (GARCEZ *et al.*, 2014, p. 261).

A etnografia almeja, assim, desnudar “os significados que os atores sociais atribuem às suas funções” (ANGROSINO, 2009, p. 20), de modo dialógico, holístico e indutivo (ANGROSINO, 2009, p. 31). Alinhamos nossa pesquisa a essa percepção, por ser possível, na interação face a face, a interpretação conjunta dos sentidos decorrentes das práticas sócio/interculturais, o que implica o interesse por uma perspectiva microetnográfica, cuja meta consiste em “descrever como a fala-em-interação [...] é organizada social e culturalmente em cenários interacionais particulares (como as salas de aula)” (GARCEZ *et al.*, 2014, p. 261-262). Entre o fazer etnografia, adotar uma perspectiva etnográfica e utilizar ferramentas etnográficas (GREEN; BLOOME, 1997), lembramos que nossa escolha se deu por uma incursão intermediária (adotar uma perspectiva [micro]etnográfica), em função do tempo de que dispusemos para assistir às aulas, embora tenhamos seguido, com rigor, as demais orientações etnográficas. Logo, optamos pelo caráter êmico da pesquisa etnográfica,

no favorecimento do ponto de vista dos participantes da pesquisa quanto às suas próprias ações (DURANTI, 1997), em plena articulação teórica com a segunda (EELLEN, 2001; MILLS, 2003; e LOCHER; WATTS, 2005) e com a terceira onda dos estudos de polidez (HAUGH; CULPEPER, 2018; BLITVICH; SIFIANOU, 2019); pela triangulação de dados etnográficos, na conjugação de distintas perspectivas para a análise de um mesmo *corpus* (CANÇADO, 1994); e pela reflexividade no visionamento das ações registradas pelos pesquisadores e na posterior interpretação do ponto de vista dos colaboradores (ERICKSON, 1982).

A triangulação oportuniza assumir “diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo” (FLICK, 2009, p. 61-62), inspirando-nos a configurar, em nosso trabalho, uma triangulação nos campos teórico, metodológico e analítico, ao conjugarmos, nesta ordem, a sociolinguística interacional, a pragmática e os estudos sócio/interculturais; a entrevista semiestruturada, a observação participante com registro de notas de campo e o visionamento das ações com/pelas colaboradoras; e o olhar de ambos os pesquisadores em conjunto com as participantes do estudo. Tal procedimento, como assume Flick (2009, p. 92), visa não só uma validação mútua, mas, principalmente, uma captação do dado em sua complexidade. Em suma, adotar o visionamento ou a entrevista seria insuficiente, dado que ambos se complementam e, por esse motivo, se validam.

Em nosso ingresso em campo, assistimos a aulas particulares ministradas pela professora Amélia à estudante chinesa He Feng¹⁶ (um total de quatro aulas). O primeiro contato foi estabelecido com a docente e, posteriormente, com a aprendiz, para que pudessemos explicar o propósito do estudo, as contribuições que a investigação poderia gerar para ambas e os desdobramentos éticos da colaboração com o trabalho (especialmente o sigilo quanto às identidades e a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento). Com o consentimento das duas, solicitamos que assinassem o termo de consentimento e iniciamos a geração dos dados.

As aulas eram ministradas duas vezes por semana (às terças e às quintas-feiras), com uma hora de duração. A professora costumava contemplar dois tipos de atividades: produção

¹⁶ Ambos os nomes são fictícios, para que fossem preservadas as identidades das colaboradoras. Amélia, nome escolhido pela estudante, significa “mulher original, inteligente” (Fonte de pesquisa: <http://bebeatual.com/nomes-de-menina-letra-A>), em decorrência da competência e da criatividade da professora. He Feng, escolhido pela própria estudante, significa “flor de lótus”, em língua chinesa, por representar, segundo ela mesma, sua personalidade.

de textos escritos, com mediações em atendimento às dificuldades da estudante; e produção de textos orais, a partir de narrativas das experiências da estudante na China e no Brasil. Para captar a aula, foi utilizada uma câmera filmadora de um iPad em ponto fixo (na mesa da sala), com vistas a registrar, com o máximo de nitidez audiovisual, os dados linguísticos e não linguísticos. As cenas interacionais foram transcritas para possibilitar tanto o visionamento pelas participantes quanto a construção conjunta de sentidos concernente à realização de pedidos e à avaliação sócio/intercultural destes.

O pedido na interação face a face: (im)polidez?

De todo o *corpus* de pesquisa, selecionamos, para este trabalho, dois excertos interacionais que contemplassem a negociação de pedidos como estratégia de (im)polidez no contexto de ensino de PBLA, tanto no âmbito linguístico quanto no âmbito não linguístico. As análises, assim, retomam o debate teórico-metodológico até aqui empreendido, unindo um modo de conduzir pesquisa em perspectiva etnográfica a um olhar para a construção conjunta de sentidos em interface sociointeracional, pragmática e sócio/intercultural.

Logo no início da primeira aula, a professora mediu a produção escrita da estudante e, na sequência, apresentou três áudios com as seguintes temáticas: convite para festa, transporte público e alimentação. Após esclarecimentos no campo lexical, Amélia solicitou que He Feng falasse sobre eventos que estavam ocorrendo na cidade (Brasília) no final de semana. A estudante optou por descrever a Ermida Dom Bosco, enquanto a professora acompanhava a descrição vendo imagens do local no computador. Depois da descrição, a aluna fez uma indagação à professora, apresentada no excerto 1.

1	He Feng:	Amélia eh:: você já foi no lugar:: pizza Dom Bosco?
2	Amélia:	não:: e você já foi aqui? ((mostra o site do CCBB))
3	He Feng:	[[não ((-))
4	Amélia:	[[((fecha a página do CCBB))
5	He Feng:	[eh::
6	Amélia:	[[((olha para He Feng))
7	He Feng:	você pode eh:: anotar o site de CCBB por favor?
8	Amélia:	((+)) posso sim ((pega uma folha e anota o endereço eletrônico))

Quadro 1 – Excerto Interacional 1

Logo na primeira troca conversacional, entre as linhas 1 e 2, He Feng e Amélia utilizaram, para denominar a outra, o referente *você*, congruente, neste caso, com um cenário de maior proximidade e maior informalidade das interagentes. Essa configuração pode estar relacionada ao formato da aula (uma aula particular), que se distingue de um formato de aula tradicional, cujo distanciamento, em tese, tenderia a ser maior em boa parte das interações. O uso dessa forma de tratamento, como marcador identitário (BROWN; LEVINSON, 1987), é comum em interações mais simétricas, devido à maior proximidade entre os sujeitos, indicando que as interagentes optaram por maior simetria conversacional e menor preocupação com a face negativa (territorialidade) em prol da face positiva (valorização). As colaboradoras não perceberam, portanto, a necessidade de empregar mitigadores, conforme sinalizaram na primeira sessão de visionamento, dado que esse tratamento mais próximo não foi considerado lesivo às faces (GOFFMAN, 1967) e, portanto, não se associava a um ato impolido (BOUSFIELD, 2008; CULPEPER, 2011).

Havíamos pressuposto, inicialmente, que a proximidade entre a idade das participantes de pesquisa poderia ter colaborado para o uso desse marcador identitário, o que foi confirmado na primeira sessão de visionamento. Ao conversar com a professora e a estudante, Amélia relatou que o marcador poderia deixar He Feng mais confortável na aula, enquanto a estudante comentou o estranhamento em tratar a professora por *senhora*, uma vez que as duas teriam a mesma idade. O estatuto interacional entre as participantes era, desse modo, convidativo para o uso de marcadores identitários de maior proximidade. Apesar desse uso, a relação formalidade/informalidade oscilava entre He Feng e Amélia, em decorrência dos papéis sociais (estudante e professora), e da proximidade das interlocutoras (idade) e do evento comunicativo (aula particular).

Após He Feng ter respondido à professora que não conhecia o CCB (linha 3), Amélia fechou a página da internet (linha 4), e a aprendiz utilizou um marcador paralinguístico (GUMPERZ, 1982) de solicitação do turno (linha 5). Na sequência, a docente manteve contato visual com a aluna (linha 6), e esta sentiu que o turno lhe fora concedido. Além de o alongamento vocal, à linha 5, ter sido associado a uma solicitação do turno, registramos em nossas notas de campo que o recurso funcionava como uma estratégia para organizar o pedido que seria realizado posteriormente (um momento de enunciação do pedido,

com base na relação estabelecida pelas interlocutoras), ou ainda, nas palavras de Marcuschi (2003, p. 71), para “dar tempo à organização do pensamento”.

Mesmo em uma interação mais próxima do que possivelmente seria em um contexto de sala de aula tradicional, He Feng, diante do olhar aproximador da professora, não realizou um pedido integralmente diretivo. À linha 7, a estudante optou por formular seu pedido, considerando-o pragmaticamente (1) válido (LABOV; FANSHELL, 1977; TRACY *et al.*, 1984), sobretudo pelo fato de ela própria ter o direito de solicitar essa informação, e a professora ter a obrigação (profissional) de informar; e (2) coerente com as sete dimensões do pedido (CODY *et al.*, 1983), especialmente os benefícios pessoais (o acesso à informação), os direitos (o direito à visita ao ponto turístico) e a intimidade (a relação das participantes decorrente do tom informal da aula particular).

Com base no contínuo ordem, pedido, sugestão e pista (LABOV; FANSHELL, 1977), a solicitação de He Feng se configurava, de fato, como pedido, não tendo optado por realizá-la de forma mais diretiva (anote o site do CCBB – ordem), tampouco de forma mais indiretiva (quero muito ir ao CCBB – pista). Sob esse ângulo, a natureza de tal ação foi compatível com o papel dela na interação (uma estudante de língua adicional tem legitimidade para solicitar informações turísticas à sua professora). O cenário da sala de aula, nesse sentido, moldou uma interação mais simétrica (e menos formal), mas não em absoluto, o que fez, assim como já mencionamos, com que a estudante tivesse optado por não realizar o enunciado de modo totalmente diretivo, na medida em que intercalou recursos mais diretivos (e mais impositivos) e mais indiretivos (e menos impositivos) do seguinte modo: *você* (mais impositivo) *pode* (mais mitigado) *eh* alongado (mais mitigado) *anotar o site de CCBB* (mais impositivo) *por favor* (mais mitigado). Sua ação de linguagem, assim como classificam Blum-Kulka e Olshtain (1984), foi diretiva mitigada, congruente com o hibridismo do evento comunicativo (aula particular – ambiente que, possivelmente, convocaria alternância entre simetria e assimetria).

Na segunda sessão de visionamento, mostramos a cena e conversamos com a estudante quanto à utilização dos recursos que enunciavam maior e menor imposição. Ela, inicialmente, achou estranha sua fala no excerto e disse que não se lembrava de tê-la formulado assim. Alongamos um pouco mais a reflexão, destacando o que poderia ter motivado sua seleção lexical, e ela esclareceu que poderia não ter desejado ser indelicada com

a professora. Percebemos, dessa forma, a preocupação da estudante – ainda que, no momento da realização de seu turno conversacional, tenha sido automatizada – em preservar a *face* da professora e a sua própria, ao fazer uso de mitigadores linguísticos (*pode, por favor*) e não linguísticos (*alongamento vocal*). A estudante alegou, por fim, que não via o pedido como invasivo (apesar do uso de mitigadores), sentindo-se, assim, confortável para fazê-lo.

O segundo excerto foi proveniente da mesma aula. A professora, à ocasião, com vistas a promover espaço para desenvolver a oralidade, perguntou à estudante sobre os acontecimentos de seu último fim de semana. A estudante, seguindo o mesmo tema do excerto interacional 1, decidiu narrar a sua ida à Ermida Dom Bosco e, durante esse processo, fez menção a uma experiência gastronômica, conforme podemos notar a seguir.

1	He Feng:	eu comi um pizza e um:: flango:: flango:: com::
2	Amélia:	[[cozinha? coxinha de frango
3	He Feng:	((+)) coxinha de flango

Quadro 2 – Excerto Interacional 2

À linha 1, constatamos, mais uma vez, que He Feng lançou mão do alongamento vocal¹⁷ em quatro momentos (um, flango, flango, com). É comum que esse recurso sirva para o interlocutor manter seu turno conversacional (GALEMBECK, 2003), funcionando, muitas vezes, como pedido de socorro (MARCUSCHI, 2003, p. 27). Foi possível notar, ainda à linha 1, que a estudante, ao ter narrado sua experiência gastronômica, sinalizou dificuldades em formular sua sentença, pelo contínuo uso do alongamento vocais, que dava indícios de que ela necessitava de ajuda para informar de que alimento se tratava. Assim, entendemos que o dado sob análise trouxe à tona uma petição que se dava por recursos paralinguísticos, uma vez que o alongamento vocal funcionava como pedido indireto de ajuda para que a professora completasse a enunciação desejada pela estudante.

Amélia, por sua vez, à linha 2, ao ter percebido o alongamento vocal como pedido de ajuda (conforme relatou na terceira sessão de visionamento), interrompeu a fala da estudante, a fim de colaborar com esta diante de sua dificuldade em completar o turno. Embora Goffman (1967) recomende evitarmos as interrupções, em virtude do caráter desrespeitoso e da carga impositiva (e, portanto, impolida) ao interlocutor, não estaríamos diante de uma interrupção

¹⁷ Registramos como alongamentos vocais os quatro casos, havendo, em *um* e *com*, alongamentos de vogais nasais.

em absoluto, dado que He Feng, à linha 1, não só consentiu a tomada de turno pela professora como sinalizou o desejo por auxílio (pedido indireto). Foi na terceira sessão de visionamento que nossa percepção inicial, em conjunto com a literatura sobre o assunto (MARCUSCHI, 2003; GALEMBECK, 2003), foi confirmada.

Segundo a professora, a estudante estava, à ocasião, solicitando auxílio para concluir sua ideia, como ocorria comumente nas aulas. No relato da estudante, a mediação da professora veio a calhar, pois ela encontrou dificuldades em recordar a palavra *cozinha* e esperava que, no momento em que indicasse o ingrediente principal do salgado, a professora reconhecesse e o nomeasse. Logo, ainda que não tivesse pedido diretamente, a estudante buscava auxílio de Amélia para concluir seu turno de fala, compatível, assim como já mencionamos, com um pedido indireto, para que pudesse, enfim, à linha 3, enunciar adequadamente o que pretendia.

De forma paralela à literatura sobre o pedido, podemos considerar que a ação de He Feng, à linha 1, por meio de recursos paralinguísticos, respeitou a face negativa (GOFFMAN, 1967) da professora, haja vista que, mesmo sem o uso de mitigadores, a interagente lançou mão de recursos paralinguísticos (e, portanto, mais indiretos, mais suavizados e mais polidos). Mesmo que seja uma prática bastante comum em nossa cultura e, por conseguinte, uma prática social já internalizada (e um uso bastante automatizado), o alongamento vocal, como pedido indireto (de auxílio) para a enunciação no contexto de ensino, funcionou na conversa em questão como estratégia de maior indiretividade (polidez) e menor clareza (LAKOFF, 1973), sem que houvesse um paradoxo entre clareza e polidez (o pedido, ainda que indiretamente, foi claro e polido).

Nesse caso sob análise, os recursos paralinguísticos teriam uma função similar aos recursos de mitigação, uma vez que minimizariam o grau de imposição em circunstâncias de distintas posições hierárquicas (BROWN; LEVINSON, 1987), embora a relação das participantes, assim como já situamos, estivesse instanciada em um contínuo formalidade/informalidade, houve opção de ser convenientemente indireta (BROWN; LEVINSON, 1987) e de arcar com os custos interacionais para si e beneficiar a docente (LEECH, 1983), arriscando-se, inclusive, diante da indiretividade, de não ter sua solicitação atendida. O pedido feito por He Feng se mostrou pragmaticamente válido (LABOV; FANSHEL, 1977; TRACY *et al.*, 1984), atendendo às sete dimensões previstas por Cody *et*

al. (1983) e à obtenção de cooperação/obediência (TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986), e instanciando-se nas estratégias indiretivas (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984). Em consonância com Ruytenbeek (2019), destacamos que o alongamento vocal, como solicitação indireta de cooperação, não gerou custos extras de processamento, de modo que a solicitação pudesse ser realizada e atendida.

Em ambos os excertos interacionais, avaliamos que as análises da interação entre He Feng e Amélia, situadas na terceira onda dos estudos de polidez (análise meso) (HAUGH; CULPEPER, 2018; BLITVICH; SIFIANOU, 2019), articulam uma relação interpessoal um tanto distinta quanto às relações de poder, à distância social e ao grau de imposição (análise macro), à alternância de estratégias linguísticas e paralinguísticas de maior e menor polidez (*você* (mais impositivo) *pode* (mais mitigado) *eh* alongado (mais mitigado) *anotar o site de CCBB* (mais impositivo) *por favor* (mais mitigado)) (análise micro do primeiro excerto interacional), e ao funcionamento de um recurso paralinguístico (alongamento vocal) como estratégia de pedido indireto (análise micro do segundo excerto interacional). Ambas as análises, em perspectiva meso, co[n]textualmente situadas, estão em alinhamento com a crítica feita por Blommaert (2008) quanto às categorizações *a priori*, especialmente por um contexto de ensino distinto das configurações de uma sala de aula tradicional.

Considerações finais

Os dados gerados neste trabalho, amparados pelas contribuições teóricas da sociolinguística interacional, da pragmática e dos estudos sócio/interculturais, e inscritos, metodologicamente, em uma perspectiva etnográfica (portanto, qualitativa), evidenciaram, no contexto de ensino de PBLA, que estudante e professora negociaram o pedido como estratégia de (im)polidez, lançando mão, para tanto, de recursos de ordem linguística e paralinguística. As convenções de polidez, embora universais, variam não só entre culturas, mas também entre sujeitos inscritos em uma mesma cultura e seus pares interacionais, e o evento comunicativo em que se inscrevem.

Em relação ao objetivo proposto, o pedido foi negociado na interação entre He Feng e Amélia por meio de recursos linguísticos (solicitação diretiva e mitigada) e paralinguísticos

(alongamentos vocais), ambos em congruência com enunciações polidas. O uso de marcadores identitários (de maior proximidade e com certa ruptura hierárquica) e de pedido, mesmo que mitigado, mais diretivo, foram compatíveis, no primeiro excerto, com um território de menor assimetria, consoante às reflexões de Bloomaert (2008), e, portanto, não coadunaram com uma avaliação de impolidez para as enunciações, conforme pudemos confirmar nas sessões de visionamento. Ainda assim, percebemos a preocupação da estudante em não ser indelicada com a professora, por não ter optado por formular o pedido a Amélia em nível totalmente direto, recorrendo a mitigadores linguísticos (*pode* e *por favor*) e paralinguísticos (alongamentos vocais), como estratégia redutora de imposição. No segundo excerto, o emprego de alongamento vocal funcionou como mitigador (petição de modo mais indiretivo), por se tratar, em um contínuo formalidade-informalidade, de uma interação híbrida no que tange à necessidade de preservação de face (negativa).

Com esse breve estudo, desejamos reiterar a relevância de abordarmos o tópico polidez tanto no meio acadêmico, incentivando outras investigações (em contextos similares ou distintos a esse), quanto na sala de aula de PBLA. Nossa indicação se dá por percebermos a necessidade de estudantes e professores (assim como pesquisadores) se sensibilizarem para as convenções de (im)polidez em perspectiva sócio/intercultural, em especial aos usos que possam, eventualmente, promover assimetrias interacionais e, com isso, gerar mal-entendidos.

Referências

- ANGROSINO, M. *Etnografia e Observação Participante*. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. Jefferson's transcript notation. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA: Routledge, 2006 [1984].
- BARGIELA-CHIAPPINI, F. Face and Politeness: New (Insights) for Old (Concepts). *Journal of Pragmatics*, v. 35, p. 1453-1469, 2003.
- BLITVICH, P. G-C.; SIFIANOU, M. Im/politeness and discursive pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 145, p. 91-101, 2019.
- BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Situar a lingua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008.

- BLUM-KULKA, S.; OLSHTAIN, E. Requests and apologies: A cross-cultural study of speech act realization patterns (CCSARP). *Applied Linguistics*, v. 5, p. 198-212, 1984.
- BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.
- BRAVO, D. Tensión entre universalidad y relatividad entre las teorías de la cortesía. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Eds.). *Pragmática Sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. España: Ariel Lingüística, 2004.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CABALLERO, J. A.; VERGIS, N.; JIANG, X.; PELL, M. D. The sound of im/politeness. *Speech Communication*, v. 102, p. 39-53, 2018.
- CANÇADO, M. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. *Trab. Ling. Apl.*, v. 23, p. 55-69, 1994.
- CODY, M. J.; WOELFEL, M. L.; JORDAN, W. J. Dimensions of compliance-gaining situations. *Human Communication Research*, v. 9, n. 2, p. 99-113, 1983.
- CONLAN, C. J. Face threatening acts, primary face threatening acts, and the management of discourse: Australian English and speakers of Asian Englishes. In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (Eds.). *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- CRAIG, R.; TRACY, K; SPISAK, F. The discourse of requests: Assessment of a Politeness Approach. *Human Communication Research*, v. 12, n. 4, p. 437-468, 1986.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- CULPEPER, J.; TERKOURAFI, M. Pragmatic Approaches (Im)politeness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. Z. (Eds.). *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- DURANTI, A. Ethnographic methods. In: DURANTI, A. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- EELLEN, G. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome, 2001.
- ERICKSON, F. Audiovisual Records as a Primary Data Source. In: GRIMSHAR, A. (Ed.). *Sociological Methods and Research*, Special Issue on Sound-Image Records in Social Interaction Research, v. 11, n. 2, p. 213-32, 1982.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *Revista española de lingüística*, v. 25, p. 31-66, 1995.
- FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed, 2009.

- GALEMBECK, P. T. O turno conversacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. v.1. 6. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2003.
- GARCEZ, P. M. Microethnography in the classroom. In: KING, K. A.; HORNBERGER, N. H. (Eds.). *The encyclopedia of language and education*. v. 10. Berlim: Springer, 2008.
- GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *DELTA*, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.
- GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. UK: Penguin University Books, 1967.
- GREEN, J.; BLOOME, D. Ethnography and ethnographers of and in education: a situated perspective. In: FLOOD, J.; HEATH, S. B.; LAPP, D. (Orgs.). *Handbook for literacy educators: research in the community and visual arts*. New York: Macmillan, 1997.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA: Routledge, 2006 [1975].
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, J. J. On interactional sociolinguistic method. In: SARANGI, S.; ROBERTS, C. (Eds.). *Talk, work and institutional order*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.
- HAUGH, M. The discursive challenge to politeness research: An interactional alternative. *Journal of Politeness Research*, v. 3, p. 295-317, 2007.
- HAUGH, M.; BARGIELA-CHIAPPINI, F. Face in interaction. *Journal of Pragmatics*, n. 2, p. 2073-2077, 2010.
- HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. In: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds.). *Pragmatics and its Interfaces*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018.
- JANNEY, R. W.; ARNDT, H. Universality and relativity in cross-cultural research: A historical perspective. *Multilingua*, v. 12, n. 1, p. 13-50, 1993.
- KÁDÁR, D. Z.; HAUGH, M. *Understanding Politeness*. UK: Cambridge University Press, 2013.
- KALLIA, A. Directness as a source of misunderstanding: The case of request and suggestions. In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (Eds.). *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.

- KECSKES, I. Intercultural impoliteness. *Journal of Pragmatics*, v. 86, p. 43-47, 2015.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. ¿Es universal la cortesía? In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Eds.). *Pragmática Sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. España: Ariel Lingüística, 2004.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação*. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.
- LABOV, W.; FANSHEL, D. *Therapeutic Discourse: Psychotherapy as conversation*. New York: Academic Press, 1977.
- LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. In: CORUM, C. *et al.* (Eds.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305, 1973.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.
- LOCHER, M.; WATTS, R. Politeness theory and relational work. *J. Politeness Res.*, v. 1, p. 9-33, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MENDOZA, M. Polite diminutives in Spanish: A matter of size? In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (Eds.). *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- MERRIAM, S. B. *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.
- MILLS, S. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- NWOYE, O. G. Linguistic Politeness and Socio-Cultural Variations of the Notion of Face. *Journal of Pragmatics*, v. 18, n. 4, p. 309-328, 1992.
- OCHS, E. Transcription as theory. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA: Routledge, 2006 [1984].
- OGIERMANN, E. Direct off-record requests? – ‘Hinting’ in family interactions. *Journal of Pragmatics*, v. 86, p. 31-35, 2015.
- PRETI, D. Normas para transcrição dos exemplos. In: PRETI, D. (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- RUYTENBEEK, N. Indirect requests, relevance, and politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 142, p. 78-89, 2019.
- SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SRINARAWAT, D. Indirectness as a politeness strategy of Thai speakers. In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (Eds.). *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.

STAKE, R. E. *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

TRACY, K; CRAIG, R.; SMITH, M.; SPISAK, F. The discourse of requests: Assessment of a Compliance-Gaining Approach. *Human Communication Research*, v. 10, n. 4, p. 513-538, 1984.

TSUZUKI, M.; TAKAHASHI, K.; PATSCHKE, C.; ZHANG, Q. Selection of linguistic forms for requests and offers: Comparison between English and Chinese. In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (Eds.). *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.

Apêndice: convenções de transcrição

Ocorrência	Sinais	Exemplificação
Nome dos participantes	Negrito	Amélia
Pausa preenchida	eh, ah	eh
Entonação descendente	?	coxinha?
Falas e/ou ações simultâneas	[[(dois colchetes)	...com:: [[coxinha?
Falas e/ou ações sobrepostas	[(um colchete)	He Feng [eh::
Extensão do som curta, extensão de som média e extensão de som longa	: :: :::	eh: flango:: ah:::
Comunicação não verbal	(()) (parênteses duplo)	((franze a testa))
Aceno positivo de cabeça	((+))	((+))
Aceno negativo de cabeça	((-))	((-))

Fontes: ATKINSON; HERITAGE (2006 [1984]); OCHS (2006 [1984]); GUMPERZ (1999) E PRETI (2008).

The enunciation of requests as a strategy of (im)politeness in the context of Brazilian Portuguese teaching as an additional language

Abstract: In this research, we investigated, in the context of Brazilian Portuguese teaching as an additional language, how is the negotiation of linguistic and non-linguistic strategies of (im)politeness related to the enunciation of requests. In the debate on (im)politeness, we consider asking (LABOV; FANSHEL, 1977; CODY *et al.*, 1983; TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986), inspired by Kerbrat-Orecchioni (2004), as universal phenomenon (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987) of distinct socio/intercultural manifestation (BLUM-KULKA; OLSHTAIN, 1984; TRACY *et al.*, 1984; CRAIG *et al.*, 1986; CULPEPER, 2011 ; KERBRAT-ORECCHIONI, 2004,

2006; CONLAN, 2005; KALLIA, 2005; MENDOZA 2005; TSUZUKI *et al.*, 2005; SRINARAWAT, 2005; BOUSFIELD, 2008). Methodologically, we characterized our study as qualitative, inscribed in an ethnographic perspective (GREEN; BLOOME, 1997), or rather, microethnographic (GARCEZ, 2008; GARCEZ *et al.*, 2014). The results of the research revealed, in both extracts under analysis, that the directivity (and the potential impoliteness of language actions) was mitigated through linguistic and paralinguistic resources, in order to minimize interactional noise (and discomfort).

Keywords: Request. (Im)politeness. Negative face. Additional language.

Recebido em: 27 de julho de 2019.

Aceito em: 01 de dezembro de 2020.